

“O problema dos camelôs”: oposições e complementariedades entre camelôs e “lojistas” no espaço urbano da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ¹

“The problem of street vendors”: oppositions and complementarities between street vendors and “shopkeepers” in the urban space of the city of Campos dos Goytacazes/RJ

Renan Lubanco Assis

Universidade de Vila Velha, Vila Velha, Espírito Santo, Brasil; Universidade Estadual do Norte-fluminense Darcy Ribeiro, Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro, Brasil

RESUMO

O artigo busca compreender os repertórios mobilizados pelas associações de representação do comércio formal de Campos dos Goytacazes/RJ, para justificar a remoção dos camelôs da área central do espaço urbano. Com base em análise de conteúdo realizada em um jornal de ampla circulação municipal, entre os anos de 2000 e 2010, e em descrição densa das atividades da camelotagem no espaço urbano, esta proposta demonstrará os diferentes dispositivos de sensibilização mobilizados para dar ao “problema do camelô” uma dimensão pública. Demonstraremos, por meio da análise das reportagens denunciastas veiculadas na mídia impressa, como a problemática foi conduzida para um debate em torno da desordem urbana.

Palavras-chave: Conflito urbano, Vendedor ambulante, Estigma, Dignidade.

¹ Este artigo é resultado de uma pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, na Universidade Estadual do Norte-Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), sob financiamento da agência de fomento Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ.

Recebido em 12 de maio de 2020.
Avaliador A: 01 de junho de 2020.
Avaliador B: 22 de junho de 2020.
Aceito em 22 de junho de 2020.



ABSTRACT

The article seeks to understand the repertoires mobilized by associations representing formal trade in Campos dos Goytacazes/RJ, to justify the removal of street vendors from the central area of urban space. Based on content analysis carried out in a newspaper with wide municipal circulation, between 2000 and 2010, and dense description of camelotting activities in the urban space, this proposal will demonstrate the different sensitization devices mobilized to give the “street vendor problem” a public dimension. We will demonstrate, through the analysis of the denouncing reports published in the printed media, how the problem was led to a debate around urban disorder.

Keywords: Urban conflict, Street vendor, Stigma, Dignity.

INTRODUÇÃO: OS CAMELÔS DO TERMINAL E A ORDEM PÚBLICA URBANA

Em uma disputa que envolve camelôs, associações comerciais, ministério público e prefeitura municipal, a cidade de Campos dos Goytacazes, no interior do estado do Rio de Janeiro, rotinizava um drama pelo uso da área central do espaço urbano, que tinha por um lado os representantes das associações dos comerciantes lojistas pedindo ao poder público a total retirada dos camelôs da área central; do outro lado havia os camelôs que demandavam pelo direito de estar na rua sob a justificativa de serem “trabalhadores honestos” e “chefes de família”.

O principal meio de vocalização das demandas das associações dos comerciantes lojistas era um periódico de grande circulação municipal, o jornal *Folha da Manhã*. Neste publicavam-se textos de denúncias que cobravam ações do executivo municipal em relação ao denominado “problema dos camelôs”, que era associado à “desordem urbana” e ao “caos urbano”, devido aos locais em que os camelôs comercializavam suas mercadorias e à “concorrência desleal” por esse grupo não possuir o *status* de pessoa jurídica.

O debate mobilizado por setores do comércio formal gravitava em torno da “ordem urbana”. Nesse cenário, os camelôs seriam os agentes principais da desordem. Estes últimos foram tomados como “invasores do centro” em inúmeras reportagens denunciastas, produzindo, portanto, um espaço urbano desordenado. Nas representações vigentes, os camelôs eram associados a outros tipos sociais desaprovados no quadro de ordem urbana que estava sendo delineado nas demandas das associações comerciais, como os “pedintes”, as “pessoas portadoras

de doenças contagiosas nas calçadas” e os “batedores de carteiras”².

Em um artigo intitulado *Feliz ano novo para o centro*³, assinado pelas várias associações, como Comerciantes e Amigos da Rua João Pessoa e Adjacências (Carjopa), Associação Comercial e Industrial de Campos (Acic), Sindicato do Comércio Varejista (Sindivarejo) e Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), fala-se do centro da cidade como uma área que poderia se tornar “modelo”, dada a presença de um “patrimônio Arquitetônico e Cultural; um lugar agradável para trabalhar, passear, fazer compras e até para morar”. O camelô, por sua vez, é tomado como um empecilho para a efetivação desse projeto.

Diante das demandas apresentadas constantemente pelas associações comerciais, a prefeitura transferiu as bancas dos camelôs para uma área já destinada à feira de artesanato. Mais uma vez, a presença do camelô enfrenta resistência, mas não mais dos comerciantes formais, designados “lojistas” pelas matérias jornalísticas, e sim dos feirantes já estabelecidos que re- ceavam ser “confundidos com outros ambulantes”. Nesse caso, o apelo moral não está em evidência, como no conflito com associações comerciais, visto que a preocupação seria uma descaracterização do caráter artesanal que a feira possuía.

O apelo constante dos “lojistas” e da imprensa nos conduz para uma reflexão sobre a estética que setores influentes da cidade idealizam para o espaço urbano. Trata-se de um ordenamento fundamentado em repertórios jurídicos, morais e, em alguns casos, higienistas, nos quais não somente camelôs mas também outros grupos sociais são colocados opostos aos interesses do modelo desejado pelas associações comerciais.

O que foi apresentado até aqui é o quadro geral de um debate que se desenrolou em reuniões que envolvem poder público e representantes dos diferentes setores do comércio formal e informal, e em espaços midiáticos. Cabe ressaltar que um olhar voltado apenas para o conteúdo dos periódicos e para as falas isoladas dos representantes do comércio formal pode causar impressão de que há interação marcada pelo conflito no espaço urbano; mas, como a análise não se reduziu às fontes secundárias, pudemos observar uma relação *in situ* caracterizada por oposições e complementariedades.

Entre os anos de 2009 e 2010, foi realizado trabalho etnográfico no terminal rodoviário Luiz Carlos Prestes, na região central da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ. Por meio de idas sistemáticas à região mencionada, pudemos estabelecer relação de confiança com camelôs de bancas que ocupavam a área. A entrada no campo ocorreu no período em que a prefeitura

2 EDVAR... (2001, p. 8).

3 ORDENAÇÃO... (2001, p. 5).

estava realizando reuniões com os camelôs para definição de nova área da cidade para eles ocuparem. Nesse processo, a entrada em campo foi atravessada pela desconfiança em relação à pesquisa, pois estavam temerosos quanto aos reais objetivos da investigação.

Diante dessa resistência, optamos por acionar um contato de um camelô conhecido. Após dias de conversas informais no interior de sua banca, começamos a ganhar a confiança dos demais trabalhadores do local e passamos a ser requeridos em reuniões entre camelôs e prefeitura. Nesse momento, passamos a ganhar desconfiança por parte de integrantes da prefeitura, que restringiram nossas entradas em conversas particulares. Por alguns camelôs, passaram a ser comum as seguintes frases: “anota lá o que você está vendo aqui”, “tira foto para mostrar lá”, entre outras cobranças que nos posicionavam na disputa como mediadores.

Com o tempo, a relação de confiança foi ficando cada vez mais intensa e, de pesquisador, passamos a vigilante de banca e atendente, em ocasiões quando o proprietário da banca precisava se ausentar. Foi possível apreender algumas artimanhas de negociação para manter o freguês no estabelecimento até o retorno do proprietário da banca. Assim, foi possível descrever densamente práticas cotidianas estabelecidas entre camelôs, consumidores, agentes municipais e lojistas.

Além das idas ao local de exercício da atividade dos camelôs e as reuniões com gestores municipais, adotamos ainda a análise de conteúdo de um periódico local e de notícias veiculadas no site da prefeitura municipal. A pesquisa no periódico ocorreu no jornal *Folha da Manhã* entre os anos de 2000 e 2010, nesse buscamos identificar as narrativas dos principais representantes dos lojistas sobre o que eles denominavam “o problema dos camelôs no centro”. Os limites dessa opção configuram percepção restrita de alguns atores, não dos lojistas como um todo, embora tal limitação seja superada pelo trabalho etnográfico, que conseguiu observar contextualmente a interação entre lojistas e camelôs.

Com relação à análise das notícias veiculadas pelo site oficial da prefeitura, foi possível observar novamente o protagonismo dos representantes dos lojistas em relação ao “problema dos camelôs no centro”. As notícias eram de fácil acesso e bastava uma busca das palavras “camelôs”, “vendedores ambulantes” e “camelôs do terminal” que era possível acessar os conteúdos relacionados aos conflitos que envolvem representantes dos lojistas e camelôs.

Ao abordar o conteúdo das notícias, procuramos identificar o seu pano de fundo, quais atores falavam sobre os camelôs e para quem falavam. Essa perspectiva é importante para que possamos abordar as páginas de um jornal para além de uma proposta meramente pragmática. Buscamos uma leitura da moral dos representantes dos lojistas, embutida no conteúdo das notícias, e o modo como essas informações operaram como uma estratégia de “sensibilização”

(CEFAI, 2017) dos diferentes públicos da cidade em torno do “problema dos camelôs”.

CAMELÔS E ORDEM URBANA

Antes de iniciarmos a discussão que envolve camelôs e espaço urbano, faz-se necessário entender o camelô como categoria social presente na cidade de Campos dos Goytacazes. No início do séc. XIX, vendedores de pequenos artigos de uso pessoal os comercializavam nas ruas do centro (FREITAS, 2006). O que conhecemos hoje por camelô era conhecido como mascate, na ocasião. No ano de 1878, há uma matéria em um periódico local que denuncia os comerciantes que colocavam seus produtos à venda por meio de mascates para não pagarem impostos (MONITOR CAMPISTA, 1879, p. 3). Os itens comercializados eram açúcar, queijos, doces, aguardente de cana e laranja.

A atividade na cidade, portanto, é de longa data; e, por mais que sofra alterações em relação aos produtos, mantém sua especificidade, que é a ocupação de áreas públicas. Na ocasião da pesquisa, os camelôs eram distribuídos nas seguintes subcategorias: “camelôs de banca”, que eram aqueles que possuíam um ponto fixo, seja em uma via pública, seja em uma estrutura fechada; os “camelôs de rua”, que circulavam pelas ruas com mercadorias dispostas no corpo; e os “vendedores de ônibus”, que entravam nos transportes coletivos com mercadorias dispostas no corpo e as ofereciam aos passageiros.

Os camelôs do terminal eram “camelôs de banca”, cuja estrutura de comercialização de produtos media 2 metros de comprimento, 1½ metro de largura e aproximadamente 2 metros de altura. No terminal, havia aproximadamente 100 bancas e os produtos comercializados eram diversificados. Na ocasião, podia-se encontrar à venda os seguintes itens: CDs, DVDs, bonés, bolsas, mochilas, vestuário no geral, guarda-chuvas, acessórios para telefone celular, relógios, anéis, cordões, carteiras, óculos de sol e de grau, acessórios para relógio, entre outros itens de uso pessoal. As mercadorias mais críticas, do ponto de vista da fiscalização, eram CDs e DVDs, pois eram cópias não autorizadas, chamados popularmente de CDs e DVDs piratas. Esses produtos não ficavam expostos na banca para não chamarem a atenção da fiscalização.

Na ocasião da realização do trabalho de campo, havia 5 grandes grupos de camelôs na região central: os camelôs do terminal, os camelôs dos correios, os camelôs do calçadão, os camelôs da rodoviária e os camelôs do Michael Haddad. Os primeiros quatro grupos citados atuavam em locais fixos, porém sem permissão para atuarem nesses espaços. Os locais, apesar

de fixos, eram improvisados, como o próprio terminal. No citado ponto, as bancas eram permanentes, mas não havia nenhuma garantia formal de que os camelôs continuariam na área. O único ponto fixo garantido na cidade era a área do Michael Haddad, uma estrutura fixa denominada “camelódromo”, que havia sido criada na década de 1990. A proposta era a ampliação dessa região para que todos os camelôs do centro pudessem ocupar o mesmo espaço. Esse aspecto não é uma particularidade da cidade de Campos, pois foi um fenômeno em diversas cidades brasileiras a partir dos anos 1990.

Para que possamos visualizar a discussão trazida neste artigo em relação a outros eventos em escala regional e nacional, consideramos necessário — consciente de todas as particularidades de cada caso — entrarmos em um debate que envolve a gestão dos mercados populares em regiões metropolitanas. Para isso, abordaremos conceitos e categorias analíticas de estudos já realizados em contextos metropolitanos.

O debate que mobilizamos neste artigo, por entender o “problema do camelô” como atravessado pelo debate da “ordem pública”, dialoga com a análise feita por Mamani (2017) sobre a problemática que envolve camelôs e comércio formal na cidade do Rio de Janeiro, onde o conflito é enquadrado em um discurso que vincula a atuação do comércio informal à pirataria, à desordem urbana e à ilegalidade. Há elementos de convergência em nossos debates com algumas limitações colocadas pelo contexto, pois o referido trabalho está debruçado em um universo metropolitano, enquanto o que propomos foi realizado em uma cidade de porte médio no interior do estado do Rio de Janeiro. Convergimos não apenas no debate da ordem pública mas também na assunção de que os conflitos sinalizam para um espaço urbano hierarquizado, no qual determinados grupos têm acesso restrito.

Apesar do debate mencionado se tratar de um caso metropolitano, entendemos que as cidades interioranas, como é o caso de Campos dos Goytacazes, sofrem os efeitos dos diferentes modos de gestão dos mercados populares nos centros urbanos. Retomando a discussão que envolve contextos metropolitanos, cabe um diálogo com a situação dos trabalhadores ambulantes que atuavam na Praça XV da região central de Porto Alegre.

No final dos anos 1990, em Porto Alegre, episódios semelhantes ao que descrevemos sobre Campos foram vividos pelos camelôs. Na ocasião, o Sindilojas — sindicato de representação dos lojistas — se mobilizou com um objetivo: “reorganizar o centro”. Para tanto, foi pactuado entre lojistas e poder público um “projeto de revitalização do centro da cidade”. Nesse processo, cabia aos lojistas o financiamento das obras dos logradouros; e, ao poder público, a fiscalização e a contenção do comércio ambulante (MACHADO, 2004, p. 62-3).

No processo de disputa no centro de Porto Alegre que envolve lojistas e camelôs, descri-

to por Machado (2004) como “cotidiano tenso do centro”, o sindicato de representação dos lojistas alegava que os camelôs enfraqueciam o comércio estabelecido, por comercializarem produtos a preço baixo. Os comerciantes faziam ainda campanhas contra a pirataria, acusando os camelôs de praticarem causando danos aos consumidores. A autora sinaliza para duas disputas em evidência no caso de Porto Alegre: pelo uso do espaço público e pelo público consumidor.

Além dos comentários depreciativos sobre camelôs vindo do sindicato dos lojistas, o conflito tinha outro ator importante no processo de desqualificação do primeiro grupo: a mídia. Por meio de reportagens alarmistas, os veículos de comunicação emitiam informações que associavam os camelôs à insegurança, à sujeira, à violência e aos diversos problemas que envolve a “desorganização do centro” (MACHADO, 2004). Nesse “cotidiano tenso”, a atuação dos agentes de fiscalização municipal envolvia a repressão com uso de violência física e simbólica.

Em situações de pesquisas realizadas em outros contextos metropolitanos sobre a atividade da camelotagem, os agentes municipais têm sido os principais responsáveis pela gestão da ordem no espaço urbano (MELLO, 2011, 2010; MAFRA, 2005), mas o conflito não se restringe a esses agentes, pois o caráter jurídico do que se comercializa pode envolver ainda repressão da Polícia Militar, Polícia Federal, fiscais da Receita Federal, entre outros atores do Estado (MAFRA, 2005; PIRES, 2010, 2013; RABOSSA, 2004; TELLES; HIRATA, 2010). Nesse caso, a atividade pode assumir, além do caráter informal, o ilegal, gerando apreensões de produtos e outras ações prevista de acordo com o enquadramento jurídico.

A relação entre camelôs e agentes da Guarda Municipal (GM) não segue o princípio da universalidade quando se trata de mediação de conflitos vivenciados pelo primeiro grupo no espaço urbano. A ação, segundo destaca Mello (2010, p. 677), “[...] é baseada em valores repressivos, autoritários e hierárquicos, enraizados na cultura jurídica brasileira”. A manutenção da ordem urbana, dessa forma, não ocorre a partir de princípios democratizantes, mas sim em um pano de fundo baseado na experiência dos agentes em suas trajetórias individuais familiares ou em um aprendizado adquirido nas experiências profissionais anteriores (MELLO, p. 666). Esse aspecto torna a ação do poder público dependente da orientação individual do agente, o que pode inclusive instigar nele a vontade de se beneficiar por meio da corrupção, uma vez que se torna um elemento fundamental para que os camelôs acessem políticas públicas e o espaço urbano em si.

A abordagem dada por Mello sobre a relação com Guardas Municipais auxilia esta proposta parcialmente; pois por um lado evidencia a forma como os camelôs são abordados por políticas públicas, e por outro não contempla as relações entre o citado grupo e outros que compõem o espaço urbano para além dos agentes públicos. Esse enfoque não diz respeito à análise

da autora, mas sim ao seu recorte, que, a propósito, é descrito de modo cirúrgico. Interessa a este artigo as relações ruidosas que atingem e demandam ações do poder público.

Uma reflexão que consideramos importante atravessa a relação institucional que envolve a “carreira da camelotagem” e, para tanto, Mafra (2005) fornece importantes elementos a fim de que possamos inserir outro ator presente na trama que envolve a prática da camelotagem no espaço urbano: o lojista. Por meio da contratação de seguranças particulares e da sugestão da instalação de um sistema de segurança por parte da Prefeitura Municipal da cidade do Rio de Janeiro, o lojista criou ações que visavam a inibir a presença dos camelôs que atuavam nas ruas (MAFRA, p. 81), denominados camelôs de pista pela autora, em virtude de não possuírem um ponto fixo de atuação.

A entrada dos lojistas na inibição da atividade foi combinada com a atuação da Guarda Municipal e do Governo Estadual, que, por meio do “programa de segundo emprego”, possibilitou ao policial militar atuar como segurança particular dos lojistas, para que, de algum modo, pudesse evitar a presença dos camelôs nas imediações dos comércios. Essa prática do governo estadual gerou algumas ações de contestação da mídia em relação à ineficácia da prefeitura na fiscalização, evidenciadas na seguinte chamada: “Prefeito pressiona comerciantes do Centro: loja que não pagar taxa [aos policiais] terá camelôs na porta (O Globo, 7/10/1994)” (MAFRA, 2005, p. 81).

A carreira na camelotagem é permeada por dimensões que estão além do uso “irregular” do espaço público, pois há fatores importantes que estão relacionados às mercadorias, que podem ser ilícitas, e ao próprio estigma que os camelôs possuem em virtude das suas origens territoriais, sociais e, em algumas situações, terem atuado em atividades ilegais, antes ou durante a atuação na informalidade (MAFRA, 2005).

É válido para esta reflexão um quadro de referência teórico que esteja debruçado não em uma perspectiva normativa, estudando o fenômeno de cima para baixo, a partir das relações que o Estado estabelece com os atores, mas sim segundo os *interstícios*, cujo regime de ação é orientado pela interação cotidiana estabelecida entre os diferentes grupos presentes no espaço urbano, seja pela “relação de confiança”, elemento de constituição de uma “reputação” que garante ao trabalhador a permanência na atividade (PIRES, 2013), seja pelo trânsito entre fronteiras incertas (TELLES; HIRATA, 2010), que, de alguma forma desloca a problemática para uma “zona cinzenta”, não binária; ou mesmo, por meio de “regras da rua”, em um complexo jogo de negociações que envolvem vendedores ambulantes, comerciantes, fiscais e consumidores (RABOSSI, 2005).

A atividade da camelotagem é compreendida, nessa abordagem, como uma relação que

ultrapassa a dimensão jurídica e econômica, exigindo desse modo que mobilizemos debates que recorrem à prática no âmbito das relações sociais estabelecidas em seus respectivos espaços de interação. Um entendimento do modo como os camelôs elaboram a “reputação” em relação aos demais atores urbanos nos ajuda a perceber os aspectos de ordenamentos da carreira em uma dimensão interacionista, na qual os significados que envolvem comercialização de produtos são elaborados e reelaborados constantemente.

Assim, a constituição de uma reputação é importante não apenas para a relação entre os vendedores mas também entre eles e os agentes de fiscalização, como destaca Pires (2013). Em situações de repressão, as quais o autor denominou “derrame” e “esculacho” (*Idem*, p. 11), “[...] ter uma identidade reconhecida com base numa trajetória” é um fator importante para se ter atuação exemplar e garantir uma posição pouco mais simétrica entre vendedores ambulantes e comerciantes formais.

Para além das relações que envolvem os arranjos entre agentes estatais e camelôs, interessa a esta discussão a reflexão sobre o que Rabossi (2005) denominou “regras da rua”, constituídas em espaços que envolvem não apenas os agentes estatais mas também consumidores, padrões, empregados e lojistas, em uma dimensão pessoal que ultrapassa as relações comerciais. Esse aspecto é basilar para compreender a interação dos camelôs na cidade para além do que está visibilizado. Nesse caso, as relações que se apresentam em oposição em espaços oficiais podem ser complementares em espaços *oficiosos*.

É nesse emaranhado de mercados que as relações entre formal/informal, legal/ilegal se apresentam como contínuas e cada vez mais imbricadas, quiçá simbióticas, uma vez que se tornam elemento importante para a existência de ambas. Os mercados, portanto, são constituídos em interação entre complementares.

Consideramos importante a noção da prática como um trânsito nas “fronteiras incertas” formadas pela coexistência do ilegal, informal e o ilícito (TELLES; HIRATA, 2007), todavia há de se considerar que essa condição não confere “indiferenciação” aos distintos mercados, sobretudo quando se trata de jogos de poder. Em ocasiões nas quais há necessidade de gestão das práticas, limites da tolerância são estabelecidos e cabe aos diferentes grupos construir arranjos para contorná-los. Sob essa ótica, os “legalismos são geridos de modo diferenciado” e tecem dinâmicas políticas implícitas (TELLES; HIRATA, 2010) que são agenciadas nos espaços extralegais.

Desse modo, a permanência nas atividades se dão a partir de esquemas de corrupção, acertos e partilhas de ganhos, troca de favores, práticas de extorsão e alianças feitas no contexto das microconjunturas; que seriam o *modus operandi* da “gestão diferencial dos ilegalismos”

(TELLES; HIRATA, 2010). A noção de gestão diferencial dos ilegalismos é originalmente de Foucault (2006), quando o filósofo abre discussão sobre as leis não do ponto de vista binário — legal x ilegal —, mas sim segundo suas formas de aplicação, definindo quem pode e quem não pode violá-las. Os jogos de poder do tecido social possibilitam controle diferenciado e criam “espaços protegidos” nos quais a lei pode ser “violada”.

A noção de gestão diferencial dos ilegalismos nos auxilia na compreensão de práticas de vigilância das ações dos camelôs na área central da cidade de Campos dos Goytacazes, mas não nos ajuda na explicação do conflito como um todo, que ultrapassa a relação com as leis. Para tanto, recorreremos à noção de “ordem pública” no início desta seção. Consideramos importante um enquadramento da “ordem pública” no caso do conflito dos camelôs do terminal a partir do diálogo com a noção de “cruzada moral” trazida da discussão de Gusfield (1986) sobre a reforma moral na sociedade norte-americana, em que os estilos de vida de determinados grupos são colocados em questão.

Temos, portanto, uma disputa que não se restringe às práticas jurídica e econômica, mas que abrange os modos de organização do grupo que está ocupando um espaço público. Veremos, no decorrer do artigo, como há um forte apelo moral na tentativa de sensibilização dos diferentes públicos envolvidos da arena protagonizada por camelôs, representantes dos lojistas, poder público e mídia impressa. No caso, tenta-se dar ao “problema dos camelôs” uma dimensão mais ampla, como maior publicidade, prestes a ganhar maior adesão do poder público e da população que tinha acesso ao conteúdo do periódico.

As estratégias de sensibilização são importantes, na abordagem do Cefai (2017), para a configuração de um problema público e de uma arena em torno dele. Na medida em que o problema da ocupação do centro pelos camelôs ultrapassa os imediatamente envolvidos, adentra à esfera política. Para que um problema aparentemente particular ganhe visibilidade, torna-se necessário construir um repertório que, de algum modo, atinja todos. Assim, para que o “problema dos camelôs” seja problema do poder público e da população como um todo, fez-se necessária a mobilização de questões morais, jurídicas e até mesmo sanitárias, por parte dos que estavam denunciando a presença dos camelôs no centro.

Interessa-nos aqui dialogar com a discussão de Elias e Scotson (2000) que envolve o conflito entre “estabelecidos e *outsiders*”, em uma trama que os autores denominam “socio-dinâmica da estigmatização”. Cabe ressaltar aqui que, na discussão da obra desses autores, os dois grupos não possuem diferenças de estatuto, que não é caso dos camelôs e lojistas da cidade de Campos dos Goytacazes, visto que os lojistas, além de ocuparem estrutura física diferenciada dos camelôs, têm o estatuto de pessoa jurídica. Neste artigo, importam os esquemas em que

transcorrem os processos de depreciação da atividade dos camelôs na área central da cidade de Campos dos Goytacazes.

A compreensão de “estigma”, na perspectiva goffmaniana (1988), é fundamental no entendimento dos dispositivos de justificação dos que demandavam pelo ordenamento do centro. Assim como já demonstrado no caso de Porto Alegre e parcialmente na parte introdutória deste artigo, as disputas que envolvem camelôs e lojistas ganham uma dimensão moral significativa, na qual a existência do primeiro grupo no espaço da cidade já é um elemento de desordem urbana. Portanto, diante disso a atividade da camelotagem já seria um estigma.

OS CAMELÔS DO TERMINAL EM UMA ESCRITA FIXA

Após andar ao redor dos camelôs e tirar algumas fotos de cima do prédio da livraria Noblesse, sentei-me ao lado da banca de Pedro. Assim que ele chegou na banca pude perceber a chegada de um freguês insatisfeito com um relógio que havia comprado. Ele se queixava do seu relógio ter entrado água. Pedro, por sua vez, alegou não ter dado garantia contra a entrada de água. Ele pegou o relógio com o rapaz, abriu e o secou. O entregou ao freguês que não aparentava satisfação, pois esperava receber outro novo em troca.

Após este fato chegou uma mulher bem vestida queixando-se do seu relógio com defeito. Pedro se recusou a consertar o relógio, alegando se tratar de um produto “original”. Não queria se comprometer. Alertou a cliente ainda a não “dar” o relógio a camelô, “pois camelô não [sabia] mexer em relógio original”. A cliente perguntou se ele tinha um determinado relógio e ele falou para que voltasse na quarta-feira, após chegar da viagem de São Paulo, onde compra suas mercadorias. E ela prometeu retornar

[...]

Após ficar conversando com Pedro por aproximadamente mais 30 minutos, chegou uma cliente à procura de um Porta CD infantil, mas como não tinha indicou uma outra banca próxima à sua. Gritou pelo nome de outra camelô e mostrou a cliente para ela, e esta logo foi à banca indicada por Pedro. (Trecho da nota de campo da observação do dia 10 de setembro de 2010).

O trecho que inicia esta seção foi extraído do diário utilizado na ocasião em que o trabalho de campo estava sendo realizado. De alguma maneira, aquele dia ficou registrado de modo fixo, que seja apenas em um pequeno caderno. A nossa posição de observação, registro e análise, fixaram uma ocorrência do dia 10 de setembro de 2010 no camelô do terminal.

Figura 1. Camelôs do terminal

Fonte: Registro feito pelo autor (2010).

Geertz (2009) nos confronta com esta realidade no trabalho antropológico, quando ele mesmo destaca que o acontecimento passado é transformado em um relato (*Idem*). Os personagens descritos em seu trabalho tomaram outros rumos. Assim também ocorreu com o Kula, que foi alterado, mas *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* ainda se encontra disponível como um registro do fluxo de um discurso social que se fazia presente entre os trobriandeses. Assim como os interlocutores que deram origem aos trabalhos mencionados no parágrafo anterior, os camelôs do terminal tomaram outro rumo. As bancas foram retiradas do local e atualmente ocupam uma nova área na região central, ao lado do Mercado Municipal da cidade, onde estão provisoriamente aguardando a reforma de um espaço maior para que possam ficar de forma definitiva. O que restou dos camelôs do terminal foram os registros no caderno de campo, textos escritos e imagéticos.

Figura 2. Os camelôs do terminal vistos do alto

Fonte: Registro feito pelo autor (2010).

Pedro, um interlocutor do trabalho, no momento da ocorrência do trabalho de campo, trabalhava há doze anos no terminal. Era possível acompanhá-lo diariamente na montagem e desmontagem da banca, em seus horários de almoço e nas suas queixas sobre o vizinho que colocava um preço abaixo do aceitável pelos camelôs, tornando-se um *vacilão* e *olho grande*; tais rótulos manchavam a sua reputação entre os demais. Afinal, uma concorrência desleal violava regras inscritas naquele pequeno mundo. As sanções não eram poucas. Ele não tinha quem olhasse a sua banca para ir ao banheiro; trabalhava sempre em dupla, com a esposa ou o filho. A sua banca não era indicada para um consumidor, caso o produto estivesse em falta em outra banca. Assim, eram-lhe aplicados os castigos por estar em um grupo e não coordenar a sua ação ao modo de vida estabelecido pelos demais. Atualmente, o Pedro que ia diariamente para o terminal não exerce mais a atividade de camelô. Após a mudança para a nova região que lhe fora destinada, houve queda nas vendas e, em um período de aproximadamente um ano, começou a buscar novas alternativas de trabalho fora do camelô, mas ainda dentro da informalidade, como garçom, ajudante de pedreiro, ajudante de pintor, entre outros bicos que estavam ao alcance do seu campo de possibilidades.

As ocorrências diárias observadas no período do trabalho de campo deram substância para uma descrição densa de um contexto de relações estabelecidas horizontal — entre camelôs e seus pares — e verticalmente — entre camelôs e agentes da fiscalização. Ter estado no terminal nos possibilitou uma análise sistemática das relações que não estavam presentes nas falas impressas dos representantes dos lojistas. Mais ainda, permitiu-nos diferenciar os lojistas estampados no papel dos lojistas que estavam em interação com os camelôs diariamente.

“O PROBLEMA DOS CAMELÔS”

Como empresário, amigo e parceiro do prefeito Arnaldo Viana eu sei que no seu novo mandato ele tem um compromisso com o desenvolvimento econômico do município. Entretanto, como presidente da CDL, eu gostaria muito que o prefeito determinasse a imediata solução para o problema dos camelôs, que nos últimos meses do ano 2000 invadiram o centro, provocando um grande descontentamento entre os lojistas legalmente estabelecidos. O fato provocou episódios lamentáveis, sem falar na concorrência desleal. O nosso patético apelo é para evitar que novos incidentes venham ocorrer, pois o clima é tenso – afirma E. C. (EDVAR..., 2001, p. 8).

Esse trecho pode nos ajudar na compreensão de como o camelô é representado pelo presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL) — órgão representante do comércio formal.

Há menção a dois grupos: lojistas legalmente estabelecidos e camelôs que invadiram o centro. Estes últimos estavam vivenciando tensões que tiveram um agravamento no final do ano de 2000, quando um proprietário de uma loja de roupas entrou em conflito físico com camelô que estava comercializando produtos em frente ao seu estabelecimento.

A partir desse evento, foi travado debate que envolveu camelôs, associações de representação dos lojistas, poder público, mídia televisiva e impressa. Como é notado, o comerciante faz apelo direto, por meio da imprensa, ao Poder Executivo — com quem afirma ter boas relações —, ao qual pede solução para o denominado problema dos camelôs. Nesse contexto, os camelôs são categorizados como invasores do centro. Como método interpretativo dessa relação, torna-se basilar o conceito de estabelecidos e *outsiders*, utilizado por Elias e Scotson (2000), pois nos possibilita compreender a posição que um dos representantes de uma entidade dos lojistas situa como os “estabelecidos”, ocupando posição privilegiada no centro, enquanto os camelôs invasores, a de *outsiders*.

Os camelôs invasores estão associados aos diversos problemas sinalizados na região central da cidade, o que contribui para a desqualificação da atividade, uma vez que o camelô é tomado como aquele que desfigura a cidade⁴. Nesse sentido, o camelô é tido como responsável por alterar negativamente o cenário do centro, local que, no trecho citado no início desta seção, é quase que um direito exclusivo do lojista pela sua condição jurídica.

Em meio a esses conflitos não somente físicos, mais ainda simbólicos, relativo ao tratamento dado à presença do camelô na cidade, podem surgir opiniões diversas, formando representações variadas, contribuindo para a construção de uma “identidade social deteriorada” dos camelôs perante os lojistas. Pode-se pensar nessa posição como uma autoafirmação dos ditos “legalmente estabelecidos”. Uma condição muito pontuada é a permanência injusta dos camelôs no centro, que concorrem de forma desleal por não pagarem os devidos tributos para exercerem suas atividades no citado espaço.

Como dito, a atuação informal dos camelôs é utilizada na declaração dos comerciantes para reivindicações ao poder público a fim de que intervenha, coibindo a atividade comercial nas vias públicas da área central de Campos dos Goytacazes. Corroborando a afirmação, segue o seguinte trecho extraído do periódico *Folha da Manhã*: “Acreditamos que já está mais do que na hora da prefeitura de Campos adotar algumas providências práticas, como, por exemplo: (...) retirar definitivamente os camelôs que insistem em ocupar um espaço ao qual não têm direito, porque não pagam impostos.” (DIEGUEZ, 2001, p. 6)

⁴ CHAGAS (2001, p. 7).

Nessa declaração, feita pelo então presidente da Associação Comercial da Rua João Pessoa e Adjacências (Carjopa), há argumentação que se baseia na condição jurídica dos camelôs, situando esse grupo à margem das normas, o que não é o caso dos acusadores. Na relação entre o estabelecido e o *outsider*, tenta-se sempre atribuir características que corroborem essas condições apontadas pelo primeiro grupo. No caso abordado, trata-se de condição jurídica. Sobre esse aspecto, torna-se basilar a compreensão de Elias e Scotson (2000, p. 22-3), quando afirmam que

[...]o grupo estabelecido tende a atribuir ao conjunto do grupo *outsiders* as características “ruins” de sua porção “pior” – de sua maneira anômica. Em contraste, a autoimagem do grupo estabelecido tende a se modelar em seu seto exemplar, mais “nômico” ou normativo na minoria de seus “melhores” membros. Essa distorção *pars pro toto*, em direções opostas, faculta ao grupo estabelecido provar suas afirmações a si mesmo e aos outros; há sempre algum fato para provar que o próprio grupo é “bom” e que o outro é “ruim”.

Esse trecho possibilita um entendimento das atribuições dadas aos camelôs pelos representantes dos lojistas como artifícios para reforçar a própria legitimidade. Há ainda o intuito em se apresentar como um modelo ideal de organização na ocupação justa do espaço urbano, o que não é o caso dos invasores, associados aos problemas enfrentados para o reordenamento do centro.

Em uma breve conversa com Agenor — segurança do Shopping vizinho aos camelôs do terminal —, mencionando a possível saída dos camelôs daquela localidade, ele destacou o seguinte:

Isso aí é uma favela, tem prostituta, menor, veados, pedófilo. [...]. Eles vêm para dentro do Shopping para roubar e usar drogas no banheiro. [...] A noite é uma putaria. Os veados ficam pelados se mostrando para a gente aqui. [...]. Tem que acabar com isso mesmo, eles precisam trabalhar, mas tem que ser um negócio organizado. (Trecho da conversa realizada em trabalho de campo feito no dia 28 de dezembro de 2009.)

O trecho possibilita compreender como a localidade ocupada pelos camelôs é categorizada. Nas falas anteriores, a presença dos camelôs estava associada à desordem do centro, já nesse trecho da conversa podemos visualizar o modo como o espaço é apresentado — “favela” —, cuja representação moral, nesse caso, simboliza espaço degradado. Quando indagado sobre a saída dos camelôs, o funcionário do empreendimento vizinho aos camelôs do terminal associou-os aos diversos grupos marginais que causam preocupação ao empreendimento para o qual trabalha, alinhado à narrativa dos representantes dos lojistas.

A área ocupada pelos camelôs é vinculada aos seguintes problemas: mendicância, falta

de iluminação pública, pequenos furtos e até mesmo más condições do asfaltamento central. Essas atribuições acabam contribuindo para a construção de uma desqualificação moral da atividade. Nesse sentido, na representação dos comerciantes legalmente estabelecidos, os camelôs tornam-se problemas de ordenamento público, o que faz com que o primeiro grupo apele para o poder público municipal, para que aplique medidas necessárias do ponto de vista dos que veem os camelôs como um problema.

O “problema dos camelôs” é tomado como uma estratégia de sensibilização por parte das entidades de representação do comércio formal, para que, de algum modo, possam alcançar os diferentes públicos da cidade, sobretudo os gestores públicos. Sobre esse modo de operar uma situação considerada problemática, Cefai (2017) destaca que a sensibilização é uma forma de produzir envolvimento de diferentes grupos em um problema. É torná-lo público, o que seria uma etapa na qual o “problema dos camelôs” deixaria de ser apenas dos representantes dos lojistas, afetando também setores da mídia, poder público e a população leitora do periódico, em um processo de publicização de um problema que ultrapassa o círculo de pessoas imediatamente envolvidas (CEFAI, 2017).

A constituição dos camelôs não caracterizaria um problema em si, visto que o efeito dessa presença no espaço urbano era sentido apenas pelos “lojistas”. Para isso, os representantes da entidade mobilizaram problemas sociais que tivessem maior abrangência: mendicância, assaltos, problemas de trânsito, entre outros “problemas” relacionados à “desordem urbana”, que, de algum modo, afetaria todos os usuários do centro, e não apenas aos “lojistas”.

A problemática da ordem urbana foi um recurso utilizado para estabelecer limite de tolerância dos camelôs na área central, tanto por parte da população quanto por parte dos atores estatais. De algum modo surtiu efeito, pois o “problema” que inicialmente envolvia associações comerciais e mídia impressa envolveu Ministério Público Estadual e Poder Executivo Municipal.

“A PEDRA NO SAPATO DO PREFEITO”

O crescimento do comércio informal na cidade, que vem sempre acompanhado de uma reação dos comerciantes legalmente estabelecidos, é o que se pode chamar de ‘pedra no sapato’ do Prefeito Arnaldo Vianna. Em várias ocasiões no ano passado, o problema foi discutido com lojistas, mas o fato de 2000 ter sido um ano eleitoral impediu a adoção de medidas impopulares. (ORDENAÇÃO..., 2001, p. 5)

Diante da citação, pode-se observar a dimensão que o comércio informal ganhou na

cidade, o que fez com que atividade passasse a ser tema de um debate público que está relacionado ao atendimento da necessidade dos comerciantes legalmente estabelecidos e dos próprios camelôs. O processo de sensibilização mobilizado pelos representantes do comércio formal não foi suficiente para que a saída dos camelôs do espaço urbano fosse legítima.

De acordo com o periódico local, enquanto os lojistas reclamavam solução urgente para o problema, a prefeitura declarava buscar solucionar de forma definitiva a condição dos camelôs sem impedi-los de trabalhar (ORDENAÇÃO..., 2001). Ainda em dados extraídos da Secretaria de Comunicação Municipal (Secom), o representante em vigor no ano de 2005 da CDL afirmou o seguinte em uma reunião com o Prefeito,

Nós não queremos acabar com os camelôs como estão dizendo. Queremos apenas que o poder público crie um espaço para eles. Com a reforma da Praça São Salvador, por exemplo, o espaço dos camelôs que estão em frente ao prédio da ACIC vai diminuir muito. (SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO MUNICIPAL, 2005).

Por outro lado, o prefeito em exercício no ano de 2005 declarou não querer que o centro da cidade vire um bazar, referindo-se à quantidade de camelôs atuando nas ruas. Desse modo, o poder público se viu diante de dois impasses: atender os lojistas legalmente estabelecidos e não impedir os camelôs de trabalharem — mesmo que estes estejam em uma condição tributariamente ilegal —, o que fez emergir, desde o início do ano de 2000 até o ano de 2010, uma variedade de propostas para solucionar o caso. O projeto que alcançou mais aceitação por parte dos dois grupos foi a construção de um local para agrupar os camelôs das ruas do centro. Nesse caso, ocorreu a ampliação da estrutura já existente do Shopping Popular Michael Haddad⁵, conhecido popularmente como “camelódromo”.

Em uma reunião entre o poder público e os camelôs, realizada no segundo semestre de 2009, foi destacado pelo secretário do então governo municipal que a ideia de aproveitamento da estrutura do Shopping Popular Michael Haddad partiu de um camelô. Ressaltou ainda a proposta de transformação dos camelôs em uma referência para Campos dos Goytacazes e outras regiões, uma vez que eles passariam a ser reconhecidos como uma feira de pequenos negócios “bem organizada”. Há certa ambivalência quanto à representação dos camelôs na ótica do então secretário. Ora são tidos como lojistas e pequenos empresários, ora como não empresários, que estão na rua para tirar a sobrevivência, como destacou o então presidente da Companhia de Desenvolvimento do Município de Campos (Codemca) presente na reunião.

5 O Shopping Popular Michel Haddad foi construído há cerca de 30 anos para organizar os ambulantes que trabalhavam nas ruas de Campos e até hoje atrai grande clientela para as 356 bancas instaladas, por conta da variedade de produtos, que vão desde eletroeletrônicos até brinquedos e enfeites diversos.

Em declaração⁶ do Comandante da Guarda Municipal em exercício no ano de 2002, houve destaque de uma relação pacífica entre o poder público e os camelôs. Segundo ele, a apreensão das mercadorias geralmente não é necessária, pois não há relação de confronto entre a Guarda Municipal e os camelôs. Ele destacou ainda que o intuito do poder público é o reordenamento da informalidade no município, e não a busca da extinção com atividades repressivas. Declarou ainda valorizar a necessidade de subsistência dos cidadãos. Essa representação da atividade exercida pelo camelô foi mostrada em sua abordagem e ainda pôde ser notada nas declarações dos representantes do poder público municipal presentes na reunião realizada entre estes e os camelôs em 2009.

Em meio às demandas apresentadas pelos camelôs ao poder público na citada reunião, pudemos compreender o modo como eles se autorrepresentam diante do conflito. À medida que apresentavam suas demandas, recorriam à busca de reconhecimento da atividade na área central pela dignidade que a posição de trabalhadores lhes conferia.

“ISSO AÍ FAZ PARTE DA MINHA VIDA”: DIGNIDADES EM DISPUTA

A gente está aqui para ajudar né, contribuir, até porque é em nosso benefício. Para que traga melhor conforto [...] melhor condições de trabalho. E se o governo está dando essa condição a nós, pequenos comerciantes [...]. Eu quero contribuir, porque isso aí faz parte da minha vida. Eu tô há muitos anos, vivo disso, criei meus filhos nisso, meus colegas também vivem disso, criam a família deles honestamente, com toda dignidade, né? (Fala de um camelô durante uma reunião entre camelôs e poder público, no final do segundo semestre de 2009.)

Essa declaração foi feita pelo camelô Said em reunião realizada entre o poder público e representantes dos camelôs das seguintes áreas: Shopping Popular Michael Haddad, calçadão, marquise dos correios e do terminal rodoviário Luis Carlos Prestes. Todas essas áreas integram a área central. A declaração de Said, assim como a de outros camelôs a serem citados neste tópico, nos possibilitou entendimento de uma narrativa não mais orientada pelo viés jurídico, mas sim pela condição de trabalhador, um apelo ao reconhecimento igualitário na utilização dos espaços da cidade para o exercício das atividades laborais.

Em contraste com as representações atribuídas aos camelôs nos periódicos, Said qua-

⁶ ORGANISMOS... (2002, p. 6).

lifica a atividade como digna, uma vez ter possibilitado tanto a ele quanto a seus amigos a manutenção de suas respectivas famílias. Podemos então identificar os diferentes repertórios em disputa. Observe-se que a condição tributária da atividade não é tomada como critério de reconhecimento da identidade social do grupo, mas sim a dignidade.

A dignidade adquirida na atividade está vinculada diretamente ao *status* de trabalhador, fator corroborado no seguinte trecho de Mafra (2005, p. 91):

Não se deve esquecer que se trata de uma carreira de difícil aceitação social, embora represente, para boa parte de seus integrantes, uma forma “digna e honesta” de sobrevivência. Se, por um lado, o exercício da camelotagem tem uma imagem que estigmatiza, por outro, é um artifício usado na defesa contra outras acusações, como, por exemplo, a de ser ladrão.

Nesse caso, a camelotagem está em oposição à carreira ligada ao crime, que é uma possibilidade, porém desonesta e desonrosa. Essa carreira está permeada por uma série de moralidades. As relações vivenciadas pelos camelôs fazem com que atribuam sentidos à profissão que ultrapassam uma ação econômica ou jurídica, pois há muito mais atributos que justificam e acabam servindo como elementos de qualificação, baseados não em uma regulação estatal, mas sim nos motes da dignidade e honestidade. Para que as demandas dos camelôs fossem reconhecidas frente ao poder público, utilizou-se a estratégia de confronto à identidade social deteriorada vigente nos meios midiáticos. A informação social transmitida sobre os “camelôs” até então estava vinculada à deterioração do centro. Há, dessa maneira, a manipulação da informação sobre a carreira a partir dos elementos considerados aceitáveis para o público presente na reunião.

Outro elemento importante na elaboração da carreira do camelô é o fato de ser dono do próprio negócio. Durante a pesquisa de campo, entrevistamos Cristiano, um jovem que afirmou sempre *ter sonhado* em ter uma banca de camelô. “Ter patrão” para ele não era uma forma digna de trabalho, visto que recebia pouco dinheiro e ainda passava por algumas privações impostas pela regularidade da atividade. Como comerciante, tinha rotina de trabalho de segunda a sábado com horários bem definidos, o que não ocorria na atividade da camelotagem. Nessa ocupação, na qual ele é o seu próprio patrão, os horários são definidos por ele.

No caso de Pedro, ele nos informou com muita veemência que sua carreira, apesar de ser um “cansaço doido”, lhe possibilitava liberdade. Em entrevista, relatou que chegava ao local de trabalho às 6h da manhã e saía às 20h, todos os dias, porém percebemos em idas a campo que o horário de chegada de fato para arrumar a banca era sempre às 10h da manhã e a saída entre 18h e 19h.

Quando indagado sobre as possíveis vantagens da atividade, ele nos informou o seguinte: “a vantagem é que é meu mesmo, não tem *stress*”. A autonomia é tomada como uma condição de liberdade. Nesse sentido, a dimensão da carreira toma sentidos apostos a uma normatividade definida de cima para baixo. Em conversa com uma camelô do terminal, ela nos informou que foi trabalhadora do comércio durante muitos anos e optou pela carreira para ter uma renda mais elevada e, ao mesmo tempo, ter espaço para fazer as coisas de que gostava.

Ser camelô, em vista do que foi descrito até aqui, está vinculado a significados que não se limitam às designações atribuídas pelos representantes dos lojistas legalmente estabelecidos, grupo que inclusive deve ser tomado não de modo genérico, mas sim com as devidas diferenciações encontradas no espaço urbano concreto.

LOJISTAS DE PAPEL E LOJISTAS DO CENTRO

Sentado com Pedro na banca, se aproxima um senhor que retira uma quantia considerável de dinheiro do bolso e entrega em suas mãos. Após entregar fala para Pedro que na quarta-feira passaria para pegar a mercadoria. Quando o senhor se retirou Pedro falou que se tratava de uma encomenda de guarda-chuvas que ele traria para aquele senhor, que possuía duas lojas nas imediações do Mercado Municipal. (Nota de campo do dia 16 de novembro de 2009).

Um olhar superficial para o “problema dos camelôs” nos daria uma versão parcial da relação diária entre camelôs e lojistas. Esta limitação foi superada a partir de uma descrição densa do espaço de atuação dos camelôs e dos lojistas. No trecho que inicia esta seção, podemos observar que as relações sociais são muito mais complexas do que aparentam e, sendo assim, não podem ser engessadas por descrições binárias, como se de um lado existissem mocinhos; e do outro, bandidos. Para tanto, buscaremos interpretação das formas simbólicas relacionadas, na medida do possível, às ocasiões sociais concretas.

O lojista que foi até a banca de Pedro encomendou a ele duas dúzias de guarda-chuvas que seriam comprados sem nota fiscal e seriam vendidos em uma loja “estabelecida”. Observando de perto essa relação, de imediato podemos refutar a narrativa dos ditos “pagadores de impostos”. Mas não podemos passar de um lado para o outro de um modo tão simplista, uma vez que estamos diante de duas categorias diferenciadas de fato.

As disputas que envolvem camelôs e associações comerciais podem ser compreendidas a partir da “gestão diferencial dos ilegalismos”. Como já destacado no trabalho de Telles e Hi-

rata (2010), em diálogo com Foucault (2006), gestão do ilegal não existe para inibir as práticas ilegais, que continuarão a existir apesar da lei. Logo, é um dispositivo de diferenciação de quem pode e não pode transgredir. Sob esta ótica, o lojista faz uso de um espaço que é protegido por lei para exercer práticas que a contravêm. A probabilidade de um agente da fiscalização dar uma “batida” na loja do senhor que compra guarda-chuvas comprados ilegalmente é muito menor em comparação à de Pedro, que está em condição desigual no espaço urbano.

O repertório mobilizado em um debate público é direcionado ao camelô, que, por via de regra, tem a sua identidade social deteriorada em relação ao lojista. Em um processo *sociodinâmico de estigmatização*, as associações comerciais constroem a autoimagem do lojista a partir da parcela mais *nômica*; logo, o lojista tomado como modelo não será o que contravém a lei, mas sim como um *tipo puro* que corresponde às expectativas estatais em relação aos deveres tributários. Por outro lado, há o camelô, representado a partir de *características ruins* da cidade, em uma tentativa de gerar sua qualificação negativa diante da população que acessa o conteúdo jornalístico e do próprio poder público.

Em uma cidade concreta, pudemos observar que os lojistas de papel, retratados no jornal, não viviam em um contexto de guerra com camelôs. Todas as terças-feiras saíam ônibus de Campos com destino à São Paulo, para levar camelôs e lojistas para a realização de compras na região do Brás e da 25 de Março. Nessa circunstância, havia relação de simetria entre camelôs e lojistas, na qual ambos se tornavam “sacoleiros”, categoria de designação dos compradores que fazem o mencionado percurso. Em conversas com um “guia” — responsável por conduzir compradores de Campos para São Paulo —, obtivemos informações sobre a diversidade do público que realiza as compras, composto tanto por camelôs quanto por lojistas.

A relação não se limitava às idas a São Paulo, ocorria nas interações cotidianas no centro. Os camelôs de rua, que possuíam pouco estoque de mercadorias, adquiriam alguns dos seus produtos com atacadistas do comércio formal. Pedro, quando necessitava de algum produto que era urgente em sua banca, como pilhas de relógio, por exemplo, recorria ao comércio formal. Saía em desvantagem, pois pagava quatro vezes mais o valor pago em São Paulo, mas fazia para não deixar o freguês “na mão”. Essa relação era percebida com certa frequência com os demais camelôs do terminal.

O cotidiano dos camelôs e lojistas, marcado por favores, confianças e trocas comerciais, é muito mais complexo do que o conflito publicizado nas páginas do jornal. Sobre a relação de confiança estabelecida entre comerciantes e camelôs no espaço urbano, Pires (2010) assinala que, nos mercados de Buenos Aires, comerciantes formais e ambulantes se misturam, possibilitando a criação de circuitos alternativos de comércio para o mercado formal, que, em uma

articulação que o autor denomina “máfia” (PIRES, 2010), formava *sociedade anônimas* que colocavam mercadorias à venda por meio dos ambulantes. Desse modo, encontravam uma forma gerir o ilegalismo sem uma exposição aos agentes do Estado, que repreendiam os ambulantes que estavam em posse da mercadoria.

Diante do que foi delineado nesta seção, pudemos tomar as duas atividades como complementares no espaço urbano concreto. O “lojista legalmente estabelecido” era, à vista disso, categoria abstrata mobilizada no jornal para sensibilizar o poder executivo municipal, o Ministério Público e os leitores do periódico. Em uma observação mais de perto, pode-se perceber que a realidade concreta de lojistas e camelôs é muito mais densa do que a exposta na narrativa dos representantes das associações comerciais da cidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi discutido acerca das disputas travadas pelo uso da região central da cidade de Campos dos Goytacazes/RJ, pode-se pensar na distribuição espacial da cidade como um processo hierarquizado, no qual terá maior acesso aqueles com maior capacidade de publicizar suas demandas frente aos atores políticos estatais. A publicização se dá por meio de processo de sensibilização fundamentado em estratégias de manipulação da identidade social dos atores em disputa.

Esse processo de sensibilização busca perspectivas do “problema” que sejam passíveis de generalização para que os demais grupos sociais se sintam envolvidos no problema, em um quadro social de desordem urbana no qual os “lojistas legalmente estabelecidos” são tomados como exemplo da ordem e os camelôs, “invasores”, representando, por conseguinte, a desordem; em um jogo de disputa que equivale identidades sociais a modelos de ordem ou desordem.

No momento em que os camelôs entram em cena, um novo elemento é colocado na sensibilização dos gestores do espaço urbano: a dignidade. Fundamentada no repertório dos camelôs pelo trabalho honesto, delineia a dimensão moral da atividade, relacionada não à dimensão jurídica e econômica, mas sim à honestidade, por se tratar de um trabalho que garante a sobrevivência da família.

A disputa vista superficialmente oculta as relações sociais entre camelôs e lojistas, que são mediadas por relações de trocas, favores e circuitos de compras compartilhados. Esses aspectos revelam diferentes gradações de lojistas presentes no centro: os que se mobilizam

pelos representantes das associações comerciais e os que estabelecem relações concretas com os camelôs no espaço urbano. Esse fator deixa em evidência a desigualdade de condições na ocupação da área central e o modo como essa discriminação proporciona acessos diferenciados na gestão da ilegalidade que perpassa as duas categorias.

A discussão levantada neste artigo nos possibilitou o entendimento parcial da densidade que envolve a atividade do camelô no espaço urbano e o modo como é mantida e reputada em interação com diferentes atores urbanos. Diversos fatores que circundam a atividade não estão limitados às questões trabalhistas, eles se ampliam sob o ponto de vista político, no qual se faz necessário acumular experiências dentro e fora da carreira para o estabelecimento de boas relações com atores políticos, poder público, agentes da fiscalização, lojistas e entre os seus pares.

REFERÊNCIAS

1. CAMELÓDROMO terá recadastramento. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, p. 4, 8 maio 2001.
2. CEFAl, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas...: o que nos ensina o pragmatismo (parte 1). **Novos estud. CEBRAP [online]**, v. 36, n. 1, p. 187-213, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/zdyH9SGqnWm5LwrV7MT4k9M/abstract/?lang=pthttps://doi.org/10.25091/s0101-3300201700010009>. Acesso em: 19 nov. 2019.
3. CHAGAS, Edvar Freitas. Cadê a praça? **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, p. 7, 9 fev. 2001.
4. DIEGUEZ, Murilo. Carta ao leitor. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, RJ, p. 6, 30 mar. 2001.
5. EDVAR Chagas pede atenção de Arnaldo Vianna para os comerciantes. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, RJ, p. 8, 6 jan. 2001.
6. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
7. FOUCAULT, Michael. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
8. FREITAS, Carlos Roberto Bastos. **O mercado municipal de Campos dos Goytacazes: a sedução persistente de uma instituição pública**. 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) — Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro,

Campos dos Goytacazes, 2006.

9. GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
10. GEERTZ, Clifford. Estar lá: a antropologia e o cenário da escrita. *In*: GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas: o antropólogo como autor**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009 [1988].
11. GOFFMAN, Erwin. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1988.
12. GUSFIELD, Joseph. **Symbolic crusade: status politics and the American temperance movement**. 2. ed. Chicago: University of Illinois Press, 1986.
13. MACHADO, Rosana Pinheiro. “**A garantia soy yo**”: etnografia das práticas comerciais entre camelôs e sacoleiros nas cidades de Porto Alegre (Brasil) e Ciudad del Este (Paraguai). 2004. 194 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
14. MAFRA, Patrícia Delgado. **A “pista” e o “camelódromo”**: camelôs no Centro do Rio de Janeiro. 2005. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
15. MAMANI, Hernán Armando. Conflito urbano e comércio informal: quadros da repressão e da tolerância aos camelôs na cidade do Rio de Janeiro (1983-2009). **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 10, n. 3, p. 523-51, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/dilemas/article/view/14562>. Acesso em: 19 nov. 2019.
16. MAMANI, Hernán Armando. Economia informal, mercado de trabalho e políticas públicas: notas iniciais para um estudo do Norte Fluminense. **Revista do Programa de Políticas Sociais**, Campos dos Goytacazes, RJ, v. 1, n. 1, p. 34-56, jan./abr. 2007.
17. MELLO, Kátia Sento Sé. **Cidade e conflito: guardas municipais e camelôs**. Niterói: EdUFF, 2011.
18. MELLO, Kátia Sento Sé. Sofrimento e ressentimento: dimensões da descentralização de políticas públicas de segurança no Brasil. **Revista de Antropologia**, v. 2, p. 24-46, 2010.
19. MONITOR CAMPISTA. **Atenção**. Campos dos Goytacazes, RJ: [s.n.], 1878. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030740&pesq=mascates&pagfis=2570>. Acesso em: 14 set. 2020.
20. ORDENAÇÃO da área central Começou. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, RJ, p. 5, 5 jan. 2001.
21. ORGANISMOS municipais estudam como será feita a distribuição dos trabalhadores informais na cidade. **Folha da Manhã**, Campos dos Goytacazes, p. 6, 16 jan. 2002.
22. PIRES, Lenin dos Santos. **Arreglar não é pedir arrego: uma etnografia de processos de administração institucional de conflitos no âmbito da venda ambulante em Buenos Aires**

- e Rio de Janeiro. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
23. PIRES, Lenin dos Santos. **Esculhamba, mas não esculacha!**: uma etnografia dos usos urbanos de trens na Central do Brasil. Niterói: EDUFF, 2013.
24. PIRES, Lenin dos Santos. Mercados informais e economia popular: possíveis fronteiras entre moralidades e legalidade nas relações da sociedade e o Estado. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 36., 2012, Águas de Lindoia. **Anais [...]** Águas de Lindoia, SP: [s.n.], 2012. p. 1-17.
25. RABOSSI, Fernando. **Nas ruas de Ciudad Del Este**: vidas e vendas num mercado de fronteiras. 2004. Tese (Doutorado em Antropologia) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: http://teses.ufrj.br/PPGAS_D/FernandoRabossi.pdf. Acesso em: 10 nov. 2009.
26. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO MUNICIPAL. **Mudanças à vista**. 2005. Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=4686>. Acesso em: 10 jul. 2010.
27. SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO MUNICIPAL. **Prefeitura reforma Shopping Popular Michel Haddad**. (Simone Barreto). 2006. Disponível em: <http://www.campos.rj.gov.br/noticia.php?id=8487>. Acesso em: 10 jul. 2007.
28. TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Revista de Estudos Avançados da USP**, v. 21, n. 61, p. 171-91, 2007.
29. TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 22, n. 2, p. 39-59, 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-20702010000200003>. Acesso em: 20 set. 2021.

Renan Lubanco Assis

Gerente de Projetos do Programa de Educação Ambiental Redes de Cidadania na Universidade de Vila Velha, Pós-Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Estadual do Norte-fluminense Darcy Ribeiro. Doutorado em Sociologia Política na Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro. ID ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4051-7587>. E-mail: renanlubanco@gmail.com